



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; Suplentes: Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; Suplentes: Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; PDT - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; Suplentes: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; Suplentes: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; Suplente: Geraldo Atsumi Yamada; PT - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; PL - 01: José Colombino Grassano; Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 10.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1994**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovidio Constantino, Paulo Maia, Renato Aduar e Toti Colaço (36); Ausentes os Senhores Deputados Basilio Zanusso, Ademar Traiano, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Durval Amaral, Elic Rusch, Heinz Herwig, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Nilton Servo, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Valdir Rossoni (16). Em licença o Sr. Deputado César Silvestri e a Sra. Emilia Belinati. (02).

Verificada a existência de número legal, o Senjer Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão,

constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/94, que objetiva reajustar, a partir de 1º de setembro de 1994, na forma das tabelas que integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da administração direta e autárquica do Poder Executivo, e dá outras providências.

Neste turno iremos apreciar apenas a emenda de n° 3 de Plenário já aprovada em 2.^a Discussão. **Aprovada. O Projeto irá à redação final na Sessão de amanhã de manhã.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 295/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980, (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - Juizes substitutos de primeiro grau e criando vinte cargos de juiz de direito substituto de segundo grau), e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 323/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1994, vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. **COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DO PLENÁRIO. Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 323/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar, a partir de 1º de setembro de 1994, os vencimentos

dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário.

Chamada a opinar esta Comissão Geral não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 231/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Padre Joaquim Raimundo Braz. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DO PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 231/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade conceder ao Padre Joaquim Raimundo Braz, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão Geral, não encontrou nada que possa obstar a tramitação da referida proposição, além de achar justa tal homenagem ao padre acima mencionado.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 053/94 que institui o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a que se refere o art. 169, inciso III, da Constituição Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n° de duas (02), nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE N° 01
PROJETO DE LEI N° 121/94 e 221/94

SUMULA: Requerimento a nível estadual a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde SUS de acordo com o disposto no inciso III, do artigo 169, da Constituição Estadual e art. 1° da Lei n° 8.142 de 1990.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° - Fica regulamentado, conforme disposto no inciso III do artigo 169, da Constituição Estadual e artigo 1° da Lei n° 8.142 de 28 de setembro de 1990, o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS a nível estadual, com a instituição das seguintes instâncias colegiadas:

I - CONFERENCIA ESTADUAL DE SAUDE

II - CONSELHO ESTADUAL DE SAUDE

TÍTULO II

DA CONFERENCIA ESTADUAL DE SAÚDE

Art. 2° - Conferência Estadual de Saúde terá poder deliberativo e dela participarão os vários segmentos da sociedade, para avaliar a situação de saúde no Estado e propor diretrizes e estratégias para a formulação da Política Estadual de Saúde.

I - A Conferência Estadual de Saúde será convocada pelo Poder Executivo ou por dois terços dos membros do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR.

Art. 3° - O Poder Executivo e o Conselho Estadual de Saúde poderão convocar, extraordinariamente, conferências de Saúde Específicas.

TÍTULO III

DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

DO PARANÁ - CES/PR

Art. 4° - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal das ações de saúde praticadas no Estado do Paraná.

Art. 5° - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR terá as seguintes competências:

I - O acompanhamento e a avaliação da política estadual de saúde, de acordo com as diretrizes formuladas pela conferência Estadual de Saúde e definidas pelo Governo do Estado;

II - O Acompanhamento, o controle e a avaliação do Sistema Único de Saúde - SUS, na esfera estadual;

III - O estabelecimento de critérios para expansão da rede de serviços de saúde, observando-se as diretrizes gerais da política estadual de saúde;

IV - O estabelecimento de estratégias a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, na esfera estadual e municipal, em função das características epidemiológicas e de organização dos serviços;

V - A definição de estratégias para a política de recursos humanos a serem observadas pela instituições integrantes do SUS;

VI - A elaboração de estratégias que subsidiem a política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e educacional na área de saúde, e o acompanhamen-

to às instituições públicas produtoras de insumos, medicamentos, imunobiológicos e outros de interesse para a saúde;

VII - O acompanhamento, a avaliação e a fiscalização da política estadual de saúde do trabalhador, inclusive nos aspectos referentes às condições de trabalho e de salubridade;

VIII - A atuação na integração das diretrizes do planejamento das ações de saúde, com as diretrizes do planejamento nas áreas de meio ambiente e de abastecimento, particularmente nos aspectos referentes a saneamento básico, controle de poluição ambiental, controle de endemias, normatização e controle sobre a produção e comercialização de alimentos, medicamentos e domissanitários, tais como: inseticidas domésticos, raticidas, detergentes e desinfetantes;

IX - A aprovação do Plano Estadual de Saúde e fiscalização da gestão dos recursos financeiros aplicados na área de saúde no Estado do Paraná;

X - A fiscalização do gerenciamento dos recursos do Fundo Estadual de Saúde;

XI - A atuação como canal de discussões, de sugestões, de queixas e de denúncias sobre ações ou omissões de pessoas físicas e ou jurídicas de direito público ou de direito privado prestadores de serviços de saúde, procedendo a análise e consequente emissão de pareceres e resoluções que se fizerem necessários;

XII - A manutenção de permanente relacionamento com os Conselhos Municipais de Saúde no Estado e com o Conselho Nacional de Saúde, visando a integração no gerenciamento do SUS/PR.

XIII - Estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde;

XIV - Elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR e suas normas de funcionamento;

XV - Analisar e dar parecer em convênios firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e sua vinculada ISEP - Instituto de Saúde do Paraná, com órgãos públicos ou privados;

XVI - Analisar e dar parecer na criação de Consórcios Intermunicipais de Saúde;

XVIII - O desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR será composto por representação partidária de 50% (cinquenta por cento) de representantes de usuários de serviços de saúde e 25% (vinte e cinco por cento) de gestores de órgãos públicos e prestadores de serviços de saúde e 25% (vinte e cinco por cento) de representantes de profissionais de saúde pertencentes

ao SUS/PR, totalizando 36 (trinta e seis) membros, distribuídos da seguinte forma:

REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - Na proporcionalidade de 50% (dezoito membros)

- Entidade (s) representante (s) dos Trabalhadores Urbanos e Rurais;

- Entidade (s) representante (s) dos Movimentos Comunitários organizados na área de saúde;

- Entidade (s) representante (s) de Associações de Portadores de Patologias;

- Entidade (s) representante (s) de Portadores de Deficiências;

- Representante (s) Entidade (s) de Defesa do Consumidor;

- Representante (s) Entidade (s) que congregam Associações de Moradores, e o Movimento Popular;

- Representante (s) Entidade (s) Não Governamentais - ONGS;

- Representante (s) Entidade (s) Patrimoniais e Rurais.

REPRESENTANTES DE GESTORES E PRESTADORES DE SAÚDE - Na proporcionalidade de 25% (nove membros)

- Representantes dos gestores de Serviços Públicos de Saúde, Prestadores de Serviços Privados, filantrópicos e de estabelecimentos de ensino na área da saúde.

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE - na proporcionalidade de 25% (nove membros)

- Representantes do conjunto das entidades que representam os profissionais na área da saúde, seja público ou privado, vinculados ao SUS/PR.

§ 1º - Todas as instituições, órgãos e entidades a que se refere este artigo, serão de representação estadual.

§ 2º - As Entidades, Órgãos e Instituições do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, serão indicadas na Conferência Estadual de Saúde respeitando a proporcionalidade e a forma contida neste artigo.

§ 3º - As Instituições, Entidades e Órgãos indicados na Conferência Estadual de Saúde para compor o Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, serão homologadas pelo Poder Executivo, através de Decreto Governamental.

§ 4º - Os membros do CES/PR, indicados formalmente pelos respectivos conjuntos ou entidades que o compõe, serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná, podendo este delegá-los ao Secretário de Estado da Saúde.

§ 5º - Os Órgãos, Entidades e demais Instituições, a que se refere este artigo, indicarão um membro titular e um suplente.

Art. 7º - O Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, assim como seu substituto em suas faltas e impedimentos

legais, serão eleitos entre seus membros.

Art. 8º - As funções de membro do CES/PR não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado de relevantes serviços prestados à preservação da saúde da população.

Art. 9º - O CES/PR reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, ou por solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 10 - A Secretaria de Estado da Saúde proporcionará o necessário apoio técnico e administrativo para o bom funcionamento do CES/PR.

Art. 11 - O CES/PR contará com um Secretário Executivo indicado pelo Secretário Estadual de Saúde, referendado pela plenária do CES/PR, cabendo a sua nomeação ao presidente do Conselho.

Art. 12 - A Organização e o funcionamento do CES/PR serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 13 - Caberá ao Gestor Estadual do Sistema Único de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde, a responsabilidade de convocar e instalar o plenário do CES/PR, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação do ato de nomeação das Instituições e de seus respectivos representantes.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14 - A II Conferência Estadual de Saúde será convocada pelo Poder Executivo Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias e realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da posse do Governador do Estado do Paraná eleito em 1.994.

Art. 15 - Com a finalidade de garantir de imediato e efetivo controle social das ações de saúde praticadas no Estado, até que as Instituições, Órgãos e Entidades que irão compor o CES/PR sejam indicadas na II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE, poderá o Poder Executivo, através de Decreto Governamental, convocar, nomear e instalar o Conselho Estadual de Saúde do Paraná CES/PR em caráter provisório, obedecendo o disposto nesta Lei.

§ 1º - As Instituições, Órgãos e Entidades que irão ser apontadas no Decreto Governamental para compor o CES/PR provi-

sório, terão um prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do Decreto para indicarem formalmente seus representantes titular e suplente, cuja nomeação se dará por ato do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - A instalação da plenária do CES/PR provisório, ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde com um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Decreto Governamental.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(aa) JOSE TAVARES

Apoiamto: Algaci Túlio, Namir Piacentini, Paulo Maia, Luiz Carlos Zuk, Ernani Pudell, Djalma de Almeida César, Neivo Beraldin, Alceu Swarowski e Nelson Garcia.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02,
PROJETO DE LEI Nº 221/94
MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 053/94

Inclua-se onde couber no artigo 3º:

Artigo 3º -

"(01) um representante da Associação dos Municípios do Paraná."

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: Nelson Garcia, Duílio Genari, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Alceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

Sendo a Associação dos Municípios do Paraná, entidade representativa dos municípios em suas políticas e ações globais e setoriais, conforme determinam seus estatutos e preceitos legais é de fundamental importância a participação da entidade através do Conselho permanente de Saúde, composto por Prefeitos indicados por seus pares nas ações deliberativas, consultivas e outras que se refiram às políticas de saúde nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência designa o Deputado Florivaldo Fier para relatar a Emenda Substitutiva Geral ao Projeto 221/94, bem como a Emenda do Deputado Toti Colaço.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Emenda Substitutiva Geral regulamenta a nível estadual a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS. Reza o Artigo 169 da Constituição Estadual que será constituído um Conselho Estadual de Saúde na forma da lei. Reza também o Artigo 1º da Lei Fede-

ral n° 8.142, de 12 de dezembro de 1990, que serão constituídos Conselhos a níveis municipais, estaduais e a nível nacional.

Obedecendo o disposto na Constituição Estadual e o disposto na Lei n° 8.142 é que tomamos a iniciativa de apresentar esse Substitutivo Geral.

Então, quanto à legalidade de tal Substitutivo, atende as exigências constitucionais estadual e a exigência da Lei Orgânica da Saúde 8.142. Quanto ao mérito, Senhores Deputados, o Estado do Paraná nos últimos três anos e meio não tem recebido verba do Governo Federal por necessidade da Constituição e do Conselho Estadual de Saúde.

Este Substitutivo Geral é fruto de uma reunião na qual estavam presentes o representante do PDT, Deputado Zuk, representando o PT, eu, e representando a Bancada Governista, José Tavares e o Senhor Secretário da Saúde. Após esta primeira reunião foram feitas novamente mais duas com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Saúde e por consenso a representação da Assembleia Legislativa, o representante da Secretaria Estadual de Saúde e da sociedade civil organizada, através de representantes da Associação de Moradores e do Conselho Regional de Medicina, chegou-se a conclusão deste Substitutivo Geral ora apresentado, no qual legalmente e por mérito damos parecer favorável.

Quanto à emenda apresentada pelo Deputado Toti Colaço entendendo constitucional, portanto damos parecer constitucional favorável, mas quanto ao mérito nos posicionamos contrários, uma vez que ela não foi gerada por essa discussão ampla estabelecida, até porque a proposta do Deputado Toti Colaço poderá ser contemplada na conferência estadual de saúde, que de acordo com as disposições transitórias do Substitutivo, estabelece que no prazo de 160 dias após a posse do novo Governo, se-

rã feita Conferência Estadual de Saúde, na qual contemplará e definirá o novo Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão e votação os Pareceres do Deputado Florisvaldo Fier quanto a tramitação da emenda substitutiva geral ao Projeto 221/94 e quanto a Emenda de n° 02. Estão em discussão e votação os Pareceres. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação o substitutivo geral de autoria do Deputado Florisvaldo Fier e outros Senhores Deputados, ressalvada a emenda de n° 02. Senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação a emenda n° 02. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado. O Projeto irá à 3ª discussão na Sessão de amanhã.**

Sobre a mesa, Requerimento n° 2171, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Ordinária para amanhã, dia 14, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 308/94.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/94.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 196, 197, 200, 217, 233, 259, 287, 298, 303, 314 e 316/94, e do Projeto de Resolução n° 21/94.

Levanta-se a sessão.